



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS V – CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS – CURSO DE BACHARELADO
EM ARQUIVOLOGIA**

CARLOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

**A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EMBASADA NAS DIRETRIZES DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DE
ARQUIVO**

**JOÃO PESSOA
2023**

CARLOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA EMBASADA NAS DIRETRIZES DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo

JOÃO PESSOA
2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237d Santos, Carlos Antônio Pereira dos.

A digitalização de documentos do Tribunal de Justiça da Paraíba [manuscrito] : uma análise comparativa embasada nas diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional de Arquivo / Carlos Antonio Pereira dos Santos. - 2023.

28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo ,
Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "

1. Documentos digitalizados. 2. Diretrizes de digitalização de documentos. 3. Transformação digital. I. Título

21. ed. CDD 025.171 4


CARLOS ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS

A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE COMPARATIVA EMBASADA NAS DIRETRIZES DO CONSELHO
NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVO

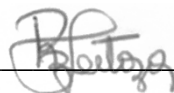
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em: 27 / 11 / 2023.

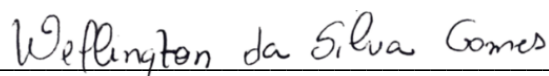
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba



Prof. Dr. Rayan Aramis de Brito Feitoza
Universidade Federal da Paraíba



Prof. Me. Wellington da Silva Gomes
Universidade Estadual da Paraíba

“A tendência futura é o sistema digital ser o principal e, em alguns casos, o único a ser utilizado no funcionamento das organizações”.

(Luís Carlos Lopes)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1 A TENTATIVA DE CONCEITUAR TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	14
2.2 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PROCESSO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL.....	15
2.3 CONCEITOS DE DIGITALIZAÇÃO DOCUMENTAL	17
3. ANÁLISE COMPARATIVA DO MANUAL DE MIGRAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS DO TJPB COM AS DIRETRIZES RECOMENDADAS PELO CNJ E CONARQ.....	20
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	27

**A DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA
PARAÍBA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA EMBASADA NAS DIRETRIZES DO
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHO NACIONAL DE
ARQUIVO**

DIGITALIZATION OF DOCUMENTS FROM THE COURT OF JUSTICE OF PARAÍBA:
A COMPARATIVE ANALYSIS BASED ON THE GUIDELINES OF THE NATIONAL
JUSTICE COUNCIL AND THE NATIONAL ARCHIVE COUNCIL

Carlos Santos

RESUMO

Em tempos atuais, as pessoas buscam frequentemente acessar informações que estão registradas em suportes digitais. As organizações, por sua vez, tentam responder a essa demanda, investindo em equipamentos tecnológicos e *softwares* de negócios, assim, além de impulsionar a Transformação Digital, condiciona e promove acesso a documentos digitalizados. Percebeu-se, então, um elevado crescimento na utilização de manuais a fim de apresentar instruções de como proceder nas práticas de digitalização de documentos, provocando assim, discussões a respeito de sob quais fundamentos estão elaborados esses instrumentos técnicos. Nesse sentido, objetivou-se, neste trabalho, analisar se houve embasamento nas diretrizes arquivísticas na formulação do “Manual de Migração dos Processos Físicos” do Tribunal de Justiça da Paraíba. Para isso, utilizou-se como metodologia de estudo uma pesquisa bibliográfica e documental, com característica descritiva no objetivo e qualitativa na abordagem, traçada em uma análise documentária comparativa, contrastando com os requisitos normativos de digitalização concebidos pelo Conselho Nacional de Arquivo. Como resultados, tem-se a elaboração de um projeto dinâmico de digitalização, a priorização de soluções voltadas ao acesso documental em âmbito digital e a redução do tempo de resposta às partes envolvidas em causas judiciais, bem como, a aproximação, das orientações contidas no referido manual, com as normativas arquivísticas.

PALAVRAS-CHAVE: documentos digitalizados; diretrizes de digitalização de documentos; transformação digital.

ABSTRACT

In current times, people frequently seek to access information that is recorded on digital media. Organizations, in turn, try to respond to this demand, investing in technological equipment and business software, thus, in addition to boosting Digital Transformation, it conditions and promotes access to digitized documents. It was then noticed a high growth in the use of manuals in order to present instructions on how to proceed in document digitization practices, thus provoking discussions regarding the basis on which these technical instruments are created. In this sense, the objective of this work was to analyze whether there was a basis in archival guidelines in the formulation of the “Migration Manual of Physical Processes” of the Court of Justice of Paraíba. To this end, bibliographical and documentary research was used as a study methodology, with a descriptive objective and qualitative approach, outlined in a comparative documentary analysis, contrasting with the normative digitization requirements designed by the National Archives Council. As a result, there is the development of a dynamic digitalization project, the prioritization of solutions aimed at document access in a digital environment and the reduction of response time to parties involved in legal cases, as well as the approximation of the guidelines contained in the aforementioned manual, with archival regulations.

KEYWORDS: Digitalized documents; document scanning guidelines; digital transformation.

1. INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, já se percebe o aumento de pessoas em ambiente digital, onde geralmente estão pesquisando, acessando e, quando necessário, consultando em *sites* institucionais específicos se há disponibilização de alguma documentação, exigida por situações que podem ocorrer em determinado momento da vida pessoal, familiar ou profissional.

Devido a esse novo comportamento da sociedade, há a necessidade da promoção do amplo acesso a conteúdos documentais em meios digitais. Nesse sentido, tem-se um posicionamento positivo dos executivos de instituições, os quais estão buscando maneiras de atender a essa nova demanda imposta pelo usuário da informação, transformando assim o legado em suporte papel para esse novo ambiente.

Uma das formas encontradas pelos representantes de organizações públicas e privadas, para atender a essa nova procura por informação registrada em suporte físico no âmbito digital, é a digitalização de documentos. Segundo Schäfer e Flores (2013, p. 2), essa conversão de documentos físicos para formato digital, surge como uma tecnologia cada vez mais utilizada nas mais diversas instituições públicas brasileiras.

Silva (2020, p. 16), alega que a narrativa da digitalização é vasta, além disso, apresenta questões geradas pelo encadeamento da digitalização, as quais:

têm implicado em estudos em diversas áreas, sobre apropriação de abordagens diferentes, como humanidades e digitalização, ética e digitalização, digitalização de patrimônio cultural, digitalização de documentos administrativos, em arquivos, biblioteca, museus, galerias de arte e até mesmo em estratégias bélicas.

Em nossa percepção, essa nova técnica de dar acesso digitalmente a documentos eletrônicos/digitalizados, vem sendo vista como impulsionadora da Transformação Digital (TD). Este termo, de acordo com Albertin e Albertin (2021), se tornou uma expressão constante nas agendas das organizações, sendo utilizada praticamente como sinônimo de agilidade. Assim, devido ao uso frequente dessa expressão e a digitalização documental ser um dos fatores que impulsiona a TD, incluiremos neste trabalho, possíveis definições de TD e os aspectos positivos e negativos desse processo.

A digitalização de documentos, por sua vez, aparenta ser um processo simples, porém, nem sempre atende as normas vigentes, exigidas pelos órgãos orientadores, isso pode ocorrer em razão, na maioria das vezes, da ausência de profissionais ou de instrumentos técnicos no setor de realização das atividades de produção documental.

Esses instrumentos técnicos dispõem de orientações aos atores que irão empreender no processo de digitalização de documentos. Por isso, se faz necessário, inicialmente, realizar buscas em fontes informacionais de qualidade e consolidadas, a fim de obter esses instrumentos, os quais estão fundamentados em metodologias científicas reconhecida por profissionais de diversas áreas do conhecimento, em âmbito nacional e internacional.

Uma dessas fontes de informação pode ser o site institucional do Conselho Nacional de Arquivo (Conarq), este é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional (AN), que tem como uma de suas finalidades, exercer orientações normativas visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo, o mesmo dispõe de uma variedade de normas, modelos documentais, manuais e materiais informacionais para usuários de diferentes formações e níveis de experiências, visando atender e cooperar com empresas e instituições que precisem de tais materiais.

À vista do argumento acima exposto, é imprescindível que o agente produtor ou custodiador de documentos procure inteirar-se dos padrões já existentes, para que assim, elabore, fundamente e em seguida, compartilhe com as equipes dos setores responsáveis por efetuarem as atividades de produção documental, as quais são essenciais às organizações.

Para além do Conarq, o judiciário também vem desenvolvendo este tipo de normativas. Os executivos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), juntamente com os

gestores de documentos, da mesma entidade, desenvolveram um Manual de Gestão de Documentos, neste, contêm as orientações para digitalizar os processos físicos dos Tribunais Estaduais, bem como os de suas unidades judiciárias.

Vale ressaltar que o CNJ é uma instituição pública com finalidade de aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, assim como, o controle e a transparência administrativa e processual.

Considerando as orientações para digitalização dos processos físicos, desenvolvidas pelos gestores dos acervos documentais do CNJ, essas, servem como referência para a execução das atividades de higienização física e digital, digitalização e migração dos representantes digitais para o sistema de Processo Judicial Eletrônico, denominado “Sistema PJe”. Este é uma plataforma digital desenvolvida pelo CNJ em parceria com diversos Tribunais.

Nesse caso, podemos inferir que os gestores de documentos, em concordância com o executivo do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB), se espelharam nos procedimentos contidos no “Manual de Gestão de Documentos”, disponibilizado pelo CNJ, criando assim, outro instrumento técnico, denominado “Manual de Migração dos Processos Físicos”, objetivando empreender a captura de imagens/digitalização dos processos físicos.

Desse modo, por se tratar de manuseio com documentos originais de caráter permanente, especialmente no caso de processos criminais, se faz necessário esclarecer, sobre qual perspectiva foi formulada as orientações contidas no manual utilizado no TJPB, e, se refletem as normativas arquivísticas.

Uma dessas normativas é a resolução nº 48/2021 do Conarq, que estabelecem diretrizes e orientações quanto aos procedimentos técnicos a serem observados no processo de digitalização de documentos públicos ou privados, a qual também acentua que os documentos digitalizados produzirão os mesmos efeitos legais dos documentos originais, desde que atenda aos preceitos estabelecidos no Decreto nº 10.278/2020.

Nesse contexto, se torna inevitável o sentimento de inquietação que nos leva a seguinte pergunta de investigação: as orientações que norteiam a digitalização e migração de documentos do TJPB satisfazem ou se aproximam das orientações e diretrizes arquivísticas?

Pretendendo responder a referida pergunta, temos como objetivo geral: comparar o manual de digitalização e migração de documentos do TJPB com as diretrizes arquivísticas. E como objetivos específicos: apresentar os conceitos de digitalização documental; analisar e expor, de maneira discursiva, as orientações contidas no manual do TJPB, do CNJ e do Conarq, a respeito das diretrizes arquivísticas referentes à digitalização documental.

O interesse em construir este trabalho, surgiu da vivência de um estágio realizado no Fórum Juiz João Navarro Filho, que é uma das unidades do Poder Judiciário do Estado da Paraíba, localizado na cidade de Santa Rita, onde foram exercidas as práticas concernentes ao processo de digitalização dos documentos arquivísticos dessa unidade judiciária.

Visando clarificar os argumentos abordados neste trabalho, adotou-se como recurso de estudo a pesquisa bibliográfica e documental, uma vez que, de acordo com Severino (2014, p. 76), a primeira acontece a partir dos registros acessíveis, conseqüente de pesquisas preexistentes; a segunda considera-se os documentos, no sentido abrangente, como fonte de informação, onde os conteúdos textuais ainda não tiveram nenhuma perspectiva analítica. Tal pesquisa caracteriza-se como descritiva no objetivo e qualitativa na abordagem.

Nesse mesmo sentido, em relação à pesquisa bibliográfica, esta “[...], é realizada a partir da sondagem das referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos, como livros, artigos científicos, páginas de web e sites”. Possibilitando assim, “que o autor explore e se familiarize com o seu objeto de pesquisa”. (Fonseca, 2002, p. 32 apud Silva, 2022, p. 23).

Após constatação da elaboração de instrumentos técnicos orientadores, objetivando a digitalização de documentos no TJPB – impulsionada pela necessidade de acesso a esses documentos em ambiente digital –, decidiu-se elaborar este trabalho através de análise comparativa, a fim de perceber os pontos de alinhamento com as diretrizes do Conarq.

O método comparativo é visto como “um meio de demonstrar que um fenômeno é causa de outro, [...], procurando ver se as variações que apresentam nestas diferentes combinações de circunstâncias testemunham que um depende do outro”. (Durkheim, 1987, p.109 apud Gonzalez, 2008, p. 1).

Quanto às fontes de pesquisas, utilizou-se de artigos científicos, dissertação, TCC e manuais técnicos, versados nessa temática. Esses materiais bibliográficos foram encontrados no site do Conarq, do TJPB, no *Dspace* da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e no Google Acadêmico. Os termos utilizados para essa investigação foram “Digitalização de documentos”, “Digitalização de documentos arquivísticos” e “Transformação digital”.

Continuaremos com nosso diálogo da seguinte maneira: na seção **2**, exporemos o embasamento teórico; na seção **3**, a análise comparativa propriamente dita; e, na seção **4**, nossas considerações finais. Dessa forma e com os argumentos produzidos, esperamos responder a indagação expressa neste trabalho e ao mesmo tempo alcançar nossos objetivos, tanto o geral, como os específicos. Esperamos também, que esta obra textual seja um

instrumento que contribua para elucidação das inquietações de pesquisadores e profissionais das diversas áreas do conhecimento.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A digitalização de documentos é o processo de conversão de documentos físicos em formato digital, permitindo que sejam armazenados, gerenciados e acessados eletronicamente. Essa prática traz uma série de benefícios, como redução de custos, facilidade de acesso e compartilhamento, economia de espaço físico, aumento da eficiência operacional e preservação da informação.

De outro ângulo, do sentido benéfico das práticas de digitalização documental, Schäfer e Flores (2013, p. 2), relatam:

Dentre os benefícios que a informação transposta para o meio digital, estão: facilidade no compartilhamento de informações para indivíduos ou instituições que muitas vezes estão fisicamente distantes; criação de múltiplas cópias que podem servir a diversas finalidades; agilidade na recuperação da informação [...]; difusão de acervos através de repositórios digitais, entre outras aplicações.

Em consonância com esses argumentos, sob o olhar europeu, Silva (2020, p. 15), salienta que:

a digitalização de documentos parece ter sido desenvolvida não somente para permitir o acesso e a preservação do documento físico, no caso de documentos de caráter permanente, mas essencialmente para oferecer agilidade, transparência e comodidade ao cidadão no momento de interação com a administração pública.

Além disso, Freitas e Knauss (2009, p. 11), reiteram que a captura de imagens de documentos físicos “revela um grande potencial para mobilizar os campos tradicionais da arquivística e contribui, assim, para reforçar o trabalho de arquivo em bases renovadas pelo avanço das tecnologias”.

Nessa direção, podemos acrescentar que esse grande potencial proporcionado pela digitalização documental, atualmente, mobiliza os agentes de organizações públicas e privadas, no intuito de promover serviços que possibilitem a consulta e o acesso a documentos, inclusive, de acordo com esses autores, é fundamental o investimento em melhorias que dão engajamento no ambiente digital, por exemplo, a modificação de seus sites

institucionais em portais de informação eletrônica, viabilizando assim, a integração de arquivos de diferentes formatos.

Schäfer e Flores (2013, p. 3), pontuam a respeito de duas finalidades da digitalização de documentos, as quais são: “acesso à informação, por meio da consulta ao representante digital, e preservação do suporte físico, uma vez que o acesso e recuperação das informações se deterão no objeto digital”, não comprometendo assim, a degradação do documento original.

Nesse contexto, não podemos deixar de levar em consideração que a criação de representantes digitais apresenta desafios e considerações significativas. Entre eles estão o tratamento e à seleção adequada dos documentos a serem digitalizados, a definição de padrões de qualidade para a digitalização e de políticas de preservação destes documentos agora em ambiente digital, a proteção dos documentos digitalizados contra perda, danos e acesso não autorizado, bem como, as formas de localização.

Essas tratativas, pelo que tudo indica, estão nas agendas de gestores das organizações, em outros termos, “para que uma instituição passe pelo processo de digitalização de seus documentos ela precisa de um planejamento prévio de qualidade que vai definir as prioridades do acervo a ser digitalizado”. (Santos; Cintra; Silva, 2010, p. 111). Além disso, estes autores recomendam que:

Posteriormente a essas tomadas de decisões, seguem-se quatro passos fundamentais:

Preparação: Os documentos selecionados precisam estar aptos ao processo de digitalização, será necessário a retirada de cliques, grampos, ou materiais similares, para que nada prejudique a ação de scanear o documento.

Digitalização: Gerar a imagem digital, disponibilizando-a para visualização no computador.

Indexação: Nomeação do documento, para que seja feito, posteriormente, uma correta e eficiente busca da informação armazenada.

Controle de qualidade: Todas as imagens geradas serão revisadas, para verificar se as mesmas estão de acordo com as especificações do projeto inicial. Todo o trabalho realizado é gravado ficando disponível para consulta e impressão (de acordo com as políticas e normas da instituição para o uso ou restrição de alguns materiais). (Santos; Cintra; Silva, 2010, p. 111, grifo do autor).

Visando cooperar com os autores acima citados, no que se refere a essas ações assertivas, consideramos pertinente mencionarmos a respeito do armazenamento dos representantes digitais. Em outras palavras, os gestores de instituições precisam preparar espaços em repositórios para a guarda das imagens capturadas dos documentos físicos, a fim de não haver perda, ou necessidade de retrabalho se algum dano acontecer a elas.

Para que esses passos fundamentais sejam concretizados com êxito, é imprescindível investir em recursos tecnológicos que possibilitem a utilização de ferramentas digitais no ambiente online, o que certamente promoverá mudanças positivas nos serviços que dão condições de uso e acesso aos documentos via internet.

Esses investimentos podem ser considerados como impulsionadores de inovações, as quais são recomendadas por Christensen (2013, p. 1 apud Flores, 2018, p. 72), que sejam sustentáveis, pois, as inovações sustentáveis: “ajudam organizações líderes ou inovadoras a criarem melhores produtos ou serviços que frequentemente podem ser vendidos com maiores lucros a seus melhores clientes”.

Entendemos que nessa condição inovadora, surge o processo da TD, um fenômeno cada vez mais percebido e vivenciado no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, Flores (2018, p. 72), destaca: “a transformação digital é uma demanda social, a sociedade quer, ela está em busca dessa transformação digital”. Percebemos, assim, que a digitalização documental está ligada diretamente a inovação tecnológica e digital, ao mesmo tempo, colabora com o processo da TD.

2.1 A TENTATIVA DE CONCEITUAR TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Conforme mencionado na introdução, mostraremos as definições de Transformação Digital de acordo com as constatações de pesquisadores que se debruçaram no estudo dessa temática, os quais, já estão referenciados neste trabalho. É oportuno destacar que não temos a intenção de esgotar os conceitos já existentes em nossa atualidade, e sim, de apresentá-los ao leitor.

De acordo com Gong & Ribiere, 2021(apud Costa; Azevedo; Malta, 2021, p. 3, 4), existem, inicialmente, três pontos discutíveis a respeito da TD.

Ponto (a):

Apesar da TD ser uma questão cada vez mais abordada, não tem recebido atenção suficiente no que diz respeito *ao que é realmente e, conseqüentemente, à sua conceptualização*. b): A falta de um *significado unificado* da transformação digital é crítico pelas mais diversas razões, nomeadamente para os investigadores, tornando-se difícil desenvolver a teoria, um fluxo consistente de pesquisa com base no existente. c): Outro aspecto que complica o trabalho dos investigadores é *a ambiguidade e*

complexidade na compreensão da teoria. [...] a imprecisão na compreensão demonstra a falta de um quadro teórico coerente que concilie todos os aspectos envolvidos. (grifo nosso).

Como percebido, a TD, ainda exige estudos aprofundados sobre a sua real definição, cabendo aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, delimitar um quadro teórico para que se possa conceituá-la de maneira assertiva. O que se tem, de forma consistente, refere-se aos significados, que, segundo enunciado pelos autores, acima citados, “alguns significados estão mais focados no impacto da transformação digital, como a melhoria da eficiência operacional”.

Em uma visão semelhante a esse argumento da significação, Albertin e Albertin (2021, p. 27), proferem, “Transformação digital pode ser entendida como a aplicação de inovação digital para realizar algo novo, diferente e melhor, gerando valor para a sociedade e para as empresas”. Nesse caso, no sentido inverso, a aplicação de inovação digital ou tecnológica é possível ser compreendida como o processo de implantação da transformação digital.

Observa-se, nesse contexto, que os atores envolvidos no cenário social e organizacional, não percebem a dimensão do processo da TD e se limitam apenas a enxergar às causas resultantes desse processo, sendo uma delas, a melhoria da eficiência operacional, além disso, equivocaram-se, quando tentaram conceituar a TD “como sinónimo de definições tradicionais de digitalização, acontecimento considerado pelos autores como um mau uso do significado, pois poderá ter sido, por exemplo, percebido como digitalização”. (Gong & Ribiere, 2021, apud Costa; Azevedo; Malta, 2021, p. 3).

Pelo olhar de Mcfee, 2019 (apud Costa; Azevedo; Malta, 2021, p. 3, 4), “digitalização é o ‘ritmo de mudança em uma sociedade impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico digital, envolvendo várias tecnologias em diferentes estágios de maturidade que irão convergir e criar novas tecnologias’”. Nessa perspectiva, o autor de forma assertiva, menciona o *envolvimento de várias tecnologias*, é nessa conjuntura que podemos encontrar, especificamente, computadores e equipamentos de digitalização, ou seja, estes são alguns dos componentes do processo da TD, e não sua definição. Dito isso, aproveitaremos o ensejo para apontarmos, logo em seguida, os aspectos positivos e negativos desse processo.

2.2 ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PROCESSO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Antes de expormos esses aspectos, levaremos em consideração à motivação para a TD. De acordo com Rodrigues, 2020 (apud Costa; Azevedo; Malta, 2021, p. 4):

As motivações para o processo de TD ajudam a definir e alinhar ideias para as organizações, estas podem surgir no ambiente organizacional ou de ideias de inovação dentro da própria organização. É elementar identificar o produto ou serviço como ponto de partida para as atividades de inovação, isto permitirá criar valor para clientes, motivando as organizações para o desenvolvimento e melhoria de produtos ou serviços já existentes.

Para Albertin e Albertin (2021, p. 28), de forma mais abrangente:

Os direcionadores definem os motivadores para a transformação digital, seu contexto e sua necessidade. O mercado, ambiente externo, exerce pressão sobre as organizações e exige que elas respondam, sendo que o uso de tecnologia digital é parte dessa resposta. O modelo de negócio da organização influencia e é influenciado pelo uso de tecnologia, assim como seus processos e interações, que são feitos com apoio desses aparatos ou por eles. Logo, novos modelos de negócios surgem por meio do uso intenso de tecnologia. O perfil do indivíduo, tanto interno como externo à organização, é determinante para o uso de tecnologia, pois é preciso que ele perceba o valor desta e tenha condições de aproveitá-la.

Ou seja, o principal motivo de interesse dos agentes organizacionais pela TD é a inovação tecnológica dos produtos e serviços oferecidos ao seu público-alvo, por consequência, essa inovação influenciará os seus cooperadores a intentarem por atualizações de suas habilidades profissionais, melhorando assim, a realização de suas atividades. A organização, por sua vez, estará conquistando a satisfação de seus clientes e atraindo novos consumidores, bem como a sua progressão no cenário econômico.

Em relação aos aspectos positivos do processo da TD, temos a contribuição desse processo sendo constatada já na fase inicial de planejamento, ou seja, no momento de definir e alinhar ideias no contexto organizacional. Além disso, Rodrigues, 2020 (apud Costa; Azevedo; Malta, 2021, p. 4), menciona “que a TD pode melhorar uma tomada de decisão, criar vantagem competitiva e até mesmo criar valor para o cliente”.

Nesse mesmo viés, Albertin e Albertin (2021, p. 29), argumentam que os benefícios “podem ser resumidos em redução de custo, aumento de produtividade, flexibilidade, qualidade e inovação”. Em suma, podemos dizer que os executivos tendem cada vez mais a adotar o processo de TD em suas organizações, pois dessa maneira, viabilizará tanto uma nova configuração do modo de trabalho interno, quanto no modo de atendimento das demandas externas.

Os pontos negativos desse processo ainda se encontram timidamente no campo de pesquisa. A singular menção de alguns desses pontos de vista, são encontrados na seguinte citação abaixo:

Os modelos de comportamento baseados em dados que geralmente não atendem aos requisitos qualitativos de integridade, confiabilidade e relevância que estão aumentando. O oportunismo econômico que envolve abuso no uso de dados sobre concorrentes, mercados e tecnologias. A concorrência desleal através da desinformação planejada. O número de crimes econômicos no ciberespaço que está aumentando, o que faz com que as empresas sofram perdas antes desconhecidas para a economia tradicional. (Mizintseva; Gerbina, 2018, apud Carneiro, 2019, p. 6).

Albertin e Albertin (2021, p. 29), fazem apontamentos acerca dos revezes do processo da TD, os quais serão percebidos, principalmente, na administração da tecnologia, trazendo assim, novos desafios para os atores dessa função, pois terão “de lidar com o uso de tecnologia para a sustentação do negócio, ao mesmo tempo em que se deve promover e garantir a inovação digital”.

Posto isso, é possível identificar, após uma leitura reflexiva dos argumentos acima evidenciados, referentes à transformação digital e aos aspectos positivos e negativos desse processo – ainda que não tenha um quadro teórico definido dessa transformação –, que a digitalização de documentos, mesmo estando implícita, é parte relevante das novas práticas no contexto institucional, em outras palavras, é um dos instrumentos de inovação que vêm impulsionando a transformação digital nas instituições.

2.3 CONCEITOS DE DIGITALIZAÇÃO DOCUMENTAL

Na nossa percepção, é possível definir digitalização como um meio de converter objetos físicos/analógicos para o formato eletrônico ou digital. Para o CNJ, considera-se digitalização o “processo de reprodução ou conversão de fato ou coisa, produzidos ou representados originalmente em meio não digital, para o formato digital”. (RESOLUÇÃO 185/2013. Art. 3º).

Do ponto de vista europeu, conforme Silva (2020, p. 42), no Real Decreto nº 1671/2009, digitalização está conceituado “como um ‘processo tecnológico que permite converter um documento em suporte papel [...] em um arquivo eletrônico’”. Freitas e Knauss (2009, p. 15), definem digitalização de documentos “como um recurso estratégico dos arquivos do nosso tempo”.

Ainda de acordo com Silva (2020), mediante as recomendações do Conarq, entende-se “que digitalização é ‘[...] um processo de conversão dos documentos arquivísticos em formato digital [...]’”. Além disso, a autora expõe os conceitos de digitalização de documentos arquivísticos, trazidos pela UNESCO (2002), Schäffer (2013), Innarelli (2015) e Flores e Lima (2016). Constatando que:

o conceito de digitalização é unívoco para os autores, por ser entendido como um procedimento técnico. O processo de digitalização de documentos arquivísticos é definido por eles como a captura da imagem do documento físico por um dispositivo eletrônico. Essa imagem é convertida em linguagem de computador e deve ser tratada como um documento arquivístico passível de autenticação. (Silva, 2020, p. 27).

No tocante aos objetos digitais e analógicos, de acordo com alguns especialistas, a exemplo de Ferreira, 2009 (apud Freitas, 2011, p. 39), definem-se da seguinte perspectiva:

são objectos digitais todos e quaisquer objectos de informação que possam ser representados através de uma sequência de dígitos binários (bitstream), abrangendo assim tanto informação nascida num contexto tecnológico digital (objectos nado-digitais), como informação digital obtida a partir de suportes analógicos (objectos digitalizados).

Assim, se torna evidente a solidez, tanto do conceito de digitalização, quanto de digitalização de documentos arquivísticos, bem como de objetos analógicos e digitalizados. Dessa forma, compreendemos que esse instrumento tecnológico foi desenvolvido com o intuito de viabilizar, nas organizações, a inovação tecnológica e digital, tendo como consequência a necessidade de reformulações na maneira de exercer funções e atividades, alcançando assim, um dinamismo nos serviços, sobretudo de informação, oferecidos aos consumidores.

Nesse contexto organizacional, podemos compreender genericamente como inovação tecnológica, a aquisição de equipamentos e produtos eletrônicos atualizados que proporcionem interoperabilidade entre computadores, impressoras, escâner, microfone, câmera, dentre outros acessórios, visando usufruir das ferramentas utilitárias e das novas tendências proporcionadas pelos sistemas operacionais, programas e aplicativos web, ambos, simultaneamente conectados à internet, facilitando assim, o engajamento no cenário econômico e social. Como inovação digital, a capacidade das entidades de oferecer e dispor produtos e serviços por meio do ambiente digital, isto é, através de sites, portais, plataformas, redes sociais, entre outros.

Na instituição jurídica, referindo-se ao TJPB, a obtenção de equipamentos tecnológicos para digitalizar os processos físicos, teve como principal interesse atender as demandas de usuários internos – magistrados e servidores do Poder Judiciário –, e externo, por exemplo, advogados e clientes/partes que necessitavam de ter acesso aos conteúdos processuais, os quais só existiam, em sua maioria, no formato tradicional. Para responder a essas solicitações, instituiu-se o “Projeto Digitaliza” através do Ato da Presidência nº 50, 51 e 52/2018, tendo sua prorrogação em 2019, mediante o Ato nº 01 e 52. Conforme documentação disponibilizada no site da instituição.

Nesse conjunto de ações, constatou-se que não bastava só digitalizar, ou seja, utilizar-se apenas de computador e de escâner com o seu respectivo sistema operacional e aplicativos de digitalização, era preciso também, um software capaz de receber, armazenar, tramitar e dar acesso aos documentos digitalizados de maneira online. Entretanto, já havia a utilização de um programa, desenvolvido e coordenado pelo CNJ, denominado “Processo Judicial Eletrônico – PJE” que teve inicialmente a sua implantação em algumas comarcas do Estado da Paraíba como experimento piloto e com restrições de demandas específicas, por meio das Resoluções da Presidência nº 26 e 43/2011.

Após alguns meses de utilização do sistema PJE, foi levada em consideração pelo executivo do TJPB, a necessidade de ampliar a execução desse sistema em outras comarcas jurisdicionais, alcançando assim, um número maior de cidades desse mesmo Estado, conforme Resolução nº 48/2011.

Alguns anos depois, o PJE se tornou uma ferramenta fundamental no exercício das atividades judiciárias, ao ponto de ter o reconhecimento de representantes de instituições que trabalham em parceria com o TJPB, conseqüentemente, houve a expansão desse sistema para todas as unidades judiciárias do Estado, atendendo o Ato da Presidência nº 130/2013, este, ao mesmo tempo, instituiu o “Grupo Gestor de Implantação do PJE” no poder judiciário da Paraíba, atualmente esse sistema está em todos os Estados brasileiros e se tornou em plataforma digital.

A partir do andamento e desenvolvimento do processo acima evidenciado, o “Projeto Digitaliza”, concretizou-se como ferramenta de digitalização e migração dos processos físicos digitalizados. Para o uso dessa ferramenta, elaborou-se um manual, intitulado de “Manual de Migração dos Processos Físicos para o PJE”, o qual contém as instruções para a execução das tarefas referente ao processo de digitalização e migração desses documentos. Quanto a isso, trataremos na próxima seção.

3. ANÁLISE COMPARATIVA DO MANUAL DE MIGRAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS DO TJPB COM AS DIRETRIZES RECOMENDADAS PELO CNJ E CONARQ

Antes de analisarmos o conteúdo dos manuais, é interessante trazermos uma breve explanação sobre a importância de um manual. Este, por sua vez, pode ser compreendido como uma ferramenta essencial que desempenha um papel fundamental em diversos contextos, fornecendo orientação, instruções e informações recebidas sobre um determinado assunto, produto, processo ou sistema, através de uma estrutura organizada e linguagem clara, com objetivo de capacitar os operadores a compreenderem e executarem tarefas de maneira eficiente e precisa, principalmente em ambientes organizacionais.

Dito isso, iniciaremos analisando as instruções descritas no manual utilizado pelo TJPB, a respeito da formação de equipes e suas tarefas, do uso operacional do programa de escâner “ScanSnap” e do software “DigitalizaçãoPje”, os quais, são softwares que dão condições de realização dos procedimentos necessários para à digitalização e migração dos processos físicos para a plataforma digital/sistema PJE; em seguida, confrontaremos com as orientações descritas no Manual de Gestão de Documentos, elaborado pelo CNJ, e com as Diretrizes Para a Digitalização de Documentos de Arquivo, desenvolvidas pelo Conarq.

No manual elaborado pelo TJPB, inicialmente, contém orientações referindo-se a formação de equipes, onde, cada equipe pode ser formada por uma ou duas pessoas, denominadas de equipes de higienização, digitalização, validação, indexação, conclusão, dentre outras equipes que, devido pertencer a outras finalidades, não consideramos interessante mencioná-las.

Como visto, essas instruções orientam a formação de equipes, entretanto, não encontramos definição de quais profissionais seriam integrantes das mesmas, nem menção de um possível treinamento visando o ensino de habilidades práticas específicas, voltadas para o conjunto de ações necessárias à conversão dos documentos físicos para digital.

Quanto às instruções direcionadas as equipes:

- a) **Higienização:** nesta fase, o conjunto de documentos deve ser analisado para averiguar a viabilidade da digitalização, após isto, segue-se com o trabalho manual, que consiste na retirada de objetos sólidos fixados nos documentos, numeração e correção das páginas amassadas ou dobradas e quando necessário, recortam-se os pontos irreversíveis, sem prejuízo de perda de informação, e, ter o cuidado de manter a ordem original do conjunto documental;

- b) **Digitalização:** ao iniciar a utilização do programa “ScanSnap”, assegurar-se, quanto à correta configuração desse *software*, o qual, integra o escâner que será utilizado para a captura das imagens do documento físico, evitando assim, o retrabalho;
- c) **Validação:** inicia-se a higienização em ambiente digital, isto é, efetua-se a limpeza das imagens digitalizadas, através da ferramenta “Visualizador de Fotos” do Windows, que consiste na exclusão/delete das páginas em branco, checagem da ordem numérica e redirecionamento das imagens em orientação “Retrato” ou “Paisagem”, melhor dizendo, em posicionamento horizontal ou vertical. Em seguida, importa-se essas imagens para o programa “DigitalizaçãoPje”, onde é possível, além de refazer essas tarefas, pode-se adicionar e/ou auto-ordenar as páginas do conjunto dos documentos digitalizados;
- d) **Indexação:** nesta fase, faz-se o uso do *software* “DigitalizaçãoPje”, onde ocorrerá a marcação quanto ao tipo de peça processual, por exemplo, petição inicial, contestação, sentença, etc., após finalizar, procede-se com a assinatura eletrônica;
- e) **Conclusão:** conferem-se as informações referentes aos dados do processo, certifica-se se está tudo de forma adequada, caso esteja, encerra-se esse conjunto de tarefas acionando a função salvar e concluir, então, os representantes digitais serão migrados para o sistema PJE.

No tocante ao programa “ScanSnap”, este é um *software* que permite ao operador manuseá-lo, a fim de ajustar configurações específicas do formato de arquivo, da qualidade de imagem capturada, do modo de cor, do padrão de documento, dentre outras opções de digitalização, mediante escâner e computador com seu respectivo sistema operacional, conectado via cabo USB. Salientamos que esta é uma explicação simplificada da funcionalidade e comunicação entre um dispositivo periférico/escâner e um computador.

O *software* “DigitalizaçãoPje” é uma aplicação elaborada em linguagem de programação Java, foi desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB, a sua utilização exige login e senha de acesso para uso operacional do mesmo, condicionalmente, em rede interna/intranet. Tem como função: monitorar, localizar e armazenar temporariamente os processos digitalizados ou que ainda estejam em fase de digitalização.

Além disso, tem função automatizada de conversão do formato JPEG para PDF e permite a visualização da situação dos processos em digitalização no sistema, através das opções: digitalizando, validando, indexando, aguardado assinatura, aguardando conclusão, conclusão pendente e concluída.

É notória a utilização de três *softwares* que fazem parte do processo de digitalização, nesse caso, podemos dizer que o primeiro, “ScanSnap”, serve para realizar as configurações iniciais para captura de imagens, o segundo, “DigitalizaçãoPje”, para acompanhar e controlar o fluxo de andamento da digitalização, uma vez que as etapas são realizadas por operadores distintos.

O terceiro e último *software*, sistema PJE, serve como um espaço digital de armazenamento, acesso, tramitação e inserção de novos documentos digitalizados e/ou produzidos em âmbito digital, dentre outras funcionalidades jurídico-administrativas. Além desses softwares principais, tem-se o uso de ferramentas utilitárias de sistemas operacionais, conforme evidenciado na fase de validação.

Nesse conjunto de processos versados à digitalização, pode-se entender, embora não tenhamos encontrado o referencial teórico no instrumento técnico utilizado no TJPB, que os integrantes da Diretoria de Tecnologia da Informação, buscaram levar em consideração as recomendações do CNJ (2021, p. 66), as quais expressam:

Antes de iniciar a digitalização dos documentos arquivísticos, é importante que a instituição realize a elaboração de um projeto de digitalização que leve em consideração o tipo de documentação a ser digitalizada, a definição dos parâmetros a serem utilizados para garantia da máxima fidelidade entre o documento digital e seu correspondente físico, [...].

E ainda, “[...], é de suma importância que o acervo de documentos físicos tenha sido avaliado, classificado, selecionado, higienizado, identificado e organizado”. No tocante à escolha do formato de arquivo, “recomenda-se a adoção de formatos abertos de arquivos. Eles permitem melhores condições de acesso e de preservação, possuindo menor dependência de software e hardware”. (CNJ, 2021, p. 68).

O Conarq enfatiza que:

[...], a instituição que deseja adotar os procedimentos de digitalização no âmbito da aplicação regulamentada pelo Decreto nº 10.278/2020, precisa possuir, no mínimo: plano de classificação de documento arquivísticos (PCDA) e tabela de temporalidade de documentos arquivísticos (TTDA); regras de acesso e procedimentos de tratamento de informações com

restrição de acesso; sistema informatizado que atenda a requisitos arquivísticos de gestão de documentos; repositório digital confiável que permita a manutenção/preservação do representante digital desde sua captura pelo sistema informatizado de gestão, pelo tempo necessário. (CONARQ, 2021, p. 9).

O Decreto nº 10.278/2020 estabelece as técnicas e os requisitos arquivístico para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Esta, pelo que podemos inferir, é uma questão que vem provocando diálogos divergentes entre alguns profissionais da informação, devido ao não cumprimento, em alguns casos, de requisitos exigidos pelo órgão normativo. Por exemplo:

A rastreabilidade, que depende da precisão dos metadados; a auditabilidade, que pode ser entendida como a adoção de soluções que promovam confiança na informação, tal como, a criação de meios de registrar todo e qualquer procedimento empregado no documento em tramitação; e, a baixa qualidade da imagem e da legibilidade. Isso são pressupostos que ainda propiciarão amplas discussões.

Continuando com nossa explanação, de acordo com o Conarq (2021, p. 10):

Para efeitos do estabelecido no decreto nº 10.278/2020, a digitalização de documentos arquivísticos deve ser vista como um processo de trabalho complexo. Deve ser tratada como uma política institucional destacada frente à complexidade dos procedimentos e recursos, bem como da responsabilidade no trato dos documentos públicos.

Dentre essas orientações, tem-se, ainda, o seguinte:

Na aplicação regulamentada pelo Decreto nº 10.278/2020, o processo de digitalização pode ocorrer, nesta diretriz: através dos pontos de digitalização descentralizados (PDD), [...]; ou através de uma Unidade Técnica de Digitalização (UTD) ou Unidade Técnica de Digitalização Externa (UTDE), [...].

Nesse contexto, podemos constatar que os integrantes do TJPB, ao perceber a complexidade das atividades necessárias ao processo de digitalização, e paralelamente, tencionando atender as instruções do CNJ, especificamente, à elaboração de um projeto de digitalização, formularam e disponibilizaram uma página no site dessa instituição, denominada de “Projeto Digitaliza PJe”, contendo links direcionados a apresentação desse

projeto, a cronogramas e resultados, as fases do processo de migração, a vídeos tutoriais e, a um rol de perguntas e respostas.

Nessa página-web, encontram-se também disponíveis legislações específicas e manuais, com intuito de minimizar ou sanar os entraves que seriam causados pelo não engajamento frente às atividades laborais típicas à reformatação de documentos. Pode-se então dizer, que essa iniciativa institucional culminou em um projeto dinâmico, onde os elementos desse projeto são desenhados conforme o surgimento e identificação de particularidades de cada documento a ser digitalizado nas unidades judiciárias.

Percebe-se, ainda, que os gestores adotaram como estratégia, utilizar-se de pontos de digitalização descentralizados (PDD), uma vez que, o processo de digitalização de documentos ocorre em unidades judiciárias distintas, ampliando assim, a capacidade de digitalizar um número maior de documentos existentes nessas unidades.

Abarcados nessa esfera normativa, estão os seguintes direcionamentos apontados pelo Conarq (2021, p. 15):

Nestes processos, devem estar previstos um conjunto rígido de regras, protocolos e procedimentos que garantam que as imagens digitalizadas tenham completeza, qualidade e forma suficientes para representarem os originais sem perda de informações, prevendo inclusive o expurgo da digitalização e nova submissão do documento aos processos em questão.

Seguindo essa perspectiva e ao mesmo tempo visando uma melhor compreensão dos padrões técnicos implícitos no grupo de elementos expressos na citação acima e que asseguram uma eficaz representação dos originais no universo digital, mostraremos a seguir, um quadro de visualização comparativo dos parâmetros recomendados por essas instituições:

Quadro dos Parâmetros Recomendados					
Instituições	Tipo de Documento	Tipo de Reprodução	Formato de Arquivo Digital	Resolução Mínima	Padrão de Assinaturas Digitais
TJPB	-	-	JPEG - PDF	300 – 600dpi	-
CNJ	Documentos impressos, sem ilustração, preto e branco.	Preto e Branco	PDF OU PDF/A	300dpi	-
	Documentos impressos,	Tons de Cinza			

	com ilustração e preto e branco.				
	Documentos impressos, com ilustração e cor.	Cor			
CONARQ	Documentos impressos ou manuscritos, com ou sem ilustração, em preto e branco ou colorido.	-	PDF OU PDF/A	-	PAdES
	Fotografias, cartazes, plantas e mapas.	-	PNG	-	CADES

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Como visto no quadro anterior, os parâmetros contidos no manual que o TJPB empregou em suas unidades judiciárias, conteve-se em informar a respeito do formato de arquivo e da resolução de imagens a serem capturadas do conjunto de documentos jurídicos, talvez, por levar em consideração, com maior ênfase, o gênero textual dos documentos. O instrumento técnico criado pelo CNJ apresenta recomendações um pouco mais detalhadas, informando o tipo de documento e de reprodução, além do formato de arquivo e de resolução mínima do documento digitalizado. As orientações do Conarq focam-se no gênero documental, no formato de arquivo e nos padrões de assinaturas digitais.

Assim, constata-se, nesse cenário discursivo, que os gestores da Diretoria de Tecnologia da Informação do TJPB, priorizaram solucionar a problemática motivada pela crescente demanda de usuários que estavam reivindicando acesso a documentos em meio digital, talvez por essa razão, no manual por eles formulado, não há evidências da existência de um plano de classificação de documentos, de gestão dos representantes digitais e de implementação de um repositório digital, em outras palavras, não houve tempo suficiente de levar em consideração essas ferramentas arquivísticas na elaboração do conteúdo instrutivo.

Destarte, conclui-se, desta análise documentária comparativa, que o instrumento técnico construído pelo TJPB, resolve uma necessidade específica, que é responder em menor

tempo possível, através da digitalização dos documentos, as consultas documentais necessárias à resolução e/ou tomada de decisão das partes envolvidas em causas judiciais atendidas por essa instituição.

Sob esse ângulo, inferimos que o conteúdo explicativo desse instrumento técnico, se aproxima das diretrizes arquivísticas recomendadas pelo Conarq. Entretanto, aconselha-se, que se tenha uma visão holística do período das três idades documentais, pois dessa forma, se fará uma gestão abrangendo, tanto os documentos físicos, como os digitais, alcançando assim, um gerenciamento eficiente e eficaz dessas informações registradas em ambos os suportes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão abordada neste trabalho nos traz uma visão de que a sociedade é a principal responsável pelo constante crescimento da utilização de dispositivos tecnológicos conectados à internet, especialmente para consulta documental. Por causa disso, os gestores de organizações têm se mobilizado em busca de soluções imediatas a fim de solucionar tal fenômeno. Para isso, vem investindo em recursos e unindo esforços na construção de ferramentas que viabilizem o acesso a conteúdos documentais em meio digital.

A digitalização documental é uma das soluções mais adotada pelas instituições, nesse ínterim, é importante que se tenha cautela no momento da formulação de planejamento objetivando a execução desse processo, pois, é de vital significância que os requisitos normativos arquivísticos sejam considerados, para que assim, os representantes digitais tenham o devido valor legal.

Compreendemos que os benefícios e as finalidades da digitalização de documentos já estão bem definidos pelos estudiosos da área, porém, os desafios provocados por esse empreendimento ainda estão com poucas evidências, necessitando assim, de atenção e aprofundamento nas investigações relacionadas às causas e consequências de eventos ocasionados por esses reveses.

A transformação digital é mais um fenômeno que emerge nos cenários econômico, político e social. Pressionando especialistas, profissionais e atores institucionais a buscarem de alguma forma uma resposta conceitual que alcance uma visão consensual nessas três esferas. Seus traços negativos são pouco percebidos, em quanto os positivos, estão cada vez mais em vislumbre, conduzindo assim, os gestores organizacionais a irem por um caminho unidirecional.

Os pesquisadores e estudiosos dos arquivos convencionais e digitais alcançaram o entendimento no que se refere ao conceito de digitalização, digitalização documental e digitalização de documentos arquivísticos, nesse caso, consideramos um feito plausível e fortalecedor dos fundamentos teóricos da Arquivologia e de outras áreas do conhecimento científico.

A análise realizada nos trouxe um diagnóstico compreensivo do principal motivo que levou os gestores de documentos do TJPB a executarem o plano de digitalização e migração de documentos arquivísticos, o qual foi implantado em todas as unidades judiciárias instaladas nos municípios do Estado da Paraíba. Do mesmo modo, identificamos os *softwares* e suas configurações a serem ajustadas, bem como, os métodos utilizados para desempenhar as atividades concernentes aos procedimentos desse processo.

Por fim, tornou-se evidente que mesmo essa instituição jurídica tendo uma plataforma digital com funcionalidades voltadas a produção, tramitação, tratamento e migração de documentos, assim como uma ampla capacidade de armazenamento, são imprescindíveis o diálogo com profissionais da informação e o uso de instrumentos arquivísticos, pois através deles, se terá clareza na execução dessas operações. Além de ajudar a traçar estratégias referentes à temporalidade e destinação, bem como, na formulação de políticas voltadas a preservação ou eliminação de documentos nato digital e/ou digitalizados que já cumpriram sua função. Afinal, nem um sistema ou plataforma digital tem espaço de armazenamento ilimitado.

REFERÊNCIAS

ALBERTIN, Alberto Luiz; DE MOURA ALBERTIN, Rosa Maria. Transformação digital: gerando valor para o " novo futuro". **GV-EXECUTIVO**, v. 20, n. 1, p. 26-29, 2021.

Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/83455/79218>. Acesso em: 09 abril 2023.

Câmara técnica consultiva do Conarq. Diretrizes para a digitalização de documentos de arquivo nos termos do decreto nº 10.278/2020. **Rio de Janeiro** 2021. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/Diretrizes_digitalizacao__2021.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

CARNEIRO, Herivelton Luís Bueno. Percepções do impacto da cultura organizacional na gestão do conhecimento para a inovação de processos em serviços. 91 f. Dissertação

(Programa Stricto Sensu em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação) - **Universidade Católica de Brasília**, Brasília, 2019.

Disponível em: <https://bdt.d.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2754>. Acesso em: 20 abr. 2023.

Conselho Nacional de Justiça. **Manual de gestão documental do poder judiciário**. Brasília, 2021. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/04/Manual_de_Gestao_Documental_v16-04-2021.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

COSTA, R.; MALTA, M. C.; AZEVEDO, A. Revisão da literatura sobre o potencial da transformação digital para a valorização do modelo cooperativo enquanto organização participada e aberta. **Cadernos de Investigação do Mestrado em Negócio Eletrónico**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2021. DOI: 10.56002/ceos.0033_cimne_1_1. Disponível em: <https://www.iscap.pt/ebusiness-rj/index.php/mne-rj/article/view/52>. Acesso em: 28 mar. 2023.

FLORES, Daniel. Transformação digital por inovação sustentada ou tecnologias disruptivas em arquivos. **PRODUÇÃO, TRATAMENTO, DISSEMINAÇÃO E USO DE RECURSOS INFORMACIONAIS HETEROGÊNEOS: diálogos interdisciplinares**, p. 71, 2018.

FREITAS, Carla Regina; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **UNESP – FCLAs – CEDAP**, v.4, n.2, p. 3-16, jun. 2009. Disponível em: <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/32>. Acesso em 28 mar. 2023.

FREITAS, Cristiana. **A autenticidade dos objectos digitais**. 2011. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

GONZALEZ, R. S. O método comparativo e a ciência política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16160>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GUEDES, E. M. de S. Reprodução de documentos: a relevância da preservação dos documentos físicos após a digitalização. 2018. 29f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - **Universidade Estadual da Paraíba**, João Pessoa, 2018. [Artigo]. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/18277>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SANTOS, A. L. F.; CINTRA, I.; SILVA, N. B. Experiência na digitalização dos documentos históricos da oficina Guaianases de gravura. **Anais do**, v. 33, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/9627/5242>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SCHÄFER, M. B.; FLORES, D. A digitalização de documentos arquivísticos no contexto brasileiro. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119515>. Acesso em: 27 mar. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Marisa Vieira Leite da. Análise comparativa entre as legislações Brasileira, Canadense e Espanhola aplicadas à digitalização de documentos arquivísticos. 2020. 167 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)—**Universidade de Brasília**, Brasília 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38460>. Acesso em: 28 mar. 2023.

SILVA, Raimunda Tamires da. A importância das habilidades humanas e conceituais associadas à competência técnica do arquivista em sua atuação nas organizações contemporâneas. João Pessoa: **UEPB**, 2022. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/27524>. Acesso em: 02 jan. 2023.

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. **Manual de migração dos processos físicos para o PJE**, novembro – 2018. Disponível em: https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/2019/02/manual_versao_oficial.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao Deus Altíssimo, por ser Autor da vida e Pai celestial de todos os seres humanos; por conceder a vida eterna a todos que encontram em Seu Filho, Cristo Jesus, uma fonte inesgotável de inspiração.

Agradeço ao meu pai e a minha mãe, por ter me concebido. A minha vó, Joana P. dos Santos e a minha tia, Maria das Graças P. dos Santos, pela incansável atenção e dedicação em educar-me e preparar-me para os inevitáveis reveses da vida.

Aos meus professores do ensino fundamental e médio, por ensinar e incentivar a sempre se dedicar na busca do conhecimento. A todos os meus colegas e amigos de classe, que vivenciaram comigo esse mesmo aprendizado no ambiente escolar.

Aos meus professores de ensino profissionalizante, os quais trouxeram uma grande contribuição para o crescimento da minha vida profissional, através do ensinamento teórico e prático, que deram origem a habilidades fundamentais no exercício das minhas atividades laborais.

A minha esposa, Cristiane R. dos Santos, por sempre me instigar a continuar e a alcançar os objetivos traçados por mim; por ser uma esposa amiga, companheira e conselheira; por ser uma mãe carinhosa, cuidadosa e educadora, que sempre busca construir um lar harmonioso. A minha filha, Júlia Olivia R. dos Santos, por sentir orgulho, respeito e admiração pela minha pessoa.

A todos os docentes da comunidade acadêmica que tive o privilégio de ser aluno, pois o empenho deles na construção de pessoas lúcidas e com senso crítico é um feito digno de aplausos e honrarias. Ao Prof. Dr. Josemar H. de Melo, por orientar-me com paciência e compreensão; pelas suas observações e contribuições na elaboração deste trabalho, a ele, meus votos de elevada estima e consideração.

E, finalmente, não menos importante, a todos os colegas e amigos, seja no âmbito familiar, do trabalho, acadêmico, entre outros. Especialmente, aos amigos: Ivanildo Pessoa, Nathalia Rodrigues, Saulo Gomes e Luiz F. Gomes, por serem pessoas excepcionais e agregadoras de ideias construtivas.